

Proposta Sustentável de Requalificação de Praça Residencial Araguaia: o impacto social humanizado na cidade de Santana do Araguaia/PA

Sustainable Proposal for the Requalification of Praça Residencial Araguaia: the humanized social impact in the city of Santana do Araguaia/PA

Cláudia Vasconcelos, PhD, UNIFESSPA/IEA/FATEC-Engenharia Civil.

claudia.vasconcelos@unifesspa.edu.br

Lisiane Ilha Librelotto, PhD, UFSC/PósARQ/VIRTUHAB.

lisiane.librelotto@gmail.com

Resumo

Este artigo descreve o desenvolvimento de um projeto sustentável de requalificação da praça Residencial Araguaia localizado na cidade de Santana do Araguaia/PA. A requalificação da praça foi projetada a partir de uma demanda da associação de moradores do conjunto habitacional Residencial Araguaia. A definição do programa de necessidades foi feita mediante reunião com os moradores, para delimitação de usos, coletivo e comunitário, para que o equipamento urbano suprisse as suas reais demandas. A equipe multidisciplinar buscou uma proposta para o atendimento dessas necessidades, considerando materiais locais, aspectos culturais/ambientais, bem como seu impacto social humanizado para o município. O resultado obtido foi um projeto sustentável com a requalificação da praça com área de 7.557,00m², constituída de bicicletário, paradas de ônibus, ciclovia, pista de caminhada, quadra poliesportiva, centro comunitário, espaço gourmet, playground, passeios, estacionamento e pergolados. Portanto, a proposta buscou ouvir a população diretamente atingida pelo o problema de precariedade do equipamento urbano, para melhor entender a necessidade real, bem como as expectativas, para o desenvolvimento e finalização do projeto que foi disponibilizado a comunidade.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Impacto Social; Requalificação.

Abstract

This article describes the development of a sustainable project to requalify the Residencial Araguaia square located in the city of Santana do Araguaia/PA. The requalification of the square was designed based on a demand from the residents' association of the Residencial Araguaia housing complex. The definition of the needs program was carried out by means of a meeting with the residents, for the delimitation of uses, collective and community, so that the urban equipment could meet their real demands. The multidisciplinary team sought a proposal to meet these needs, considering local materials, cultural/environmental aspects, as well as their humanized social impact for the municipality. The result was a sustainable project with the requalification of the square with an area of 7,557.00 m², consisting of a bike rack, bus stops, bike path, walking track, sports court, community center, gourmet space, playground, sidewalks, parking and pergolas. Therefore, the proposal sought to listen to the population directly affected by the problem of precariousness of urban equipment, to better understand the real need, as well as expectations, for the development and completion of the project that was made available to the community.

Keywords: Sustainability; Social Impact; Requalification.

1. Introdução

A pesquisa, descrita neste artigo, assume como tema o desenvolvimento de um projeto sustentável de requalificação da praça Residencial Araguaia, localizada na cidade de Santana do Araguaia/PA. A proposta compreende parâmetros da sustentabilidade voltado para a promoção de um impacto positivo a comunidade, com viés social. Desse modo, dentre o tripé da sustentabilidade, social, econômico e ambiente, o trabalho está delimitado apenas no parâmetro social, observando o atributo de humanização e da qualidade de vida da população, a partir do ambiente construído projetado para ser um espaço acolhedor e de uso coletivo, com paisagismo e acessibilidade.

A demanda da comunidade do conjunto habitacional Residencial Araguaia era por um ambiente com estrutura que possibilitasse o uso de maneira segura, pois atualmente o espaço encontra-se em desuso comunitário por questões de vulnerabilidade social e falta iluminação pública, tornando-o propício a marginalidade.

As condições precárias desse espaço urbano compreendem um terreno de 6.852,64m², sendo que a proposta de requalificação considerou responder à demanda dos moradores, transformando-o num espaço acolhedor, inclusivo e seguro. Ou seja, a concepção do projeto de uso coletivo buscou o atendimento de aspectos sociais da comunidade de baixa renda.

O conjunto habitacional foi direcionado a servidores públicos municipais e a população de baixa renda. A praça quando requalificada pode atender o convívio social não só dessa comunidade, mas de seu entorno imediato. A proposta com aspectos humanizados pode atender a comunidade de baixa renda causando impacto positivo a cidade, com o uso dos equipamentos propostos.

Nas últimas décadas o Brasil tem sofrido um processo de urbanização em que as cidades não se encontram preparadas a responder com celeridade aos anseios de moradia social a população de baixa renda, muito menos a demanda da população proveniente de áreas ou situações vulneráveis. Essa realidade social, por vezes humanitária, pode gerar a ocupação desordenada de terrenos livre de construção, vazios urbanos, espaços urbanos residuais ou sem uso efetivo, deflagrando um processo de degradação socioambiental e econômico (UNISDR, 2012).

A infraestrutura básica é um direito fundamental do cidadão amparado pela Constituição Federal (BRASIL, 1988). Esse direito não está restrito a um grupo específico ou ao espaço físico, e sim representa a igualdade de direito de todo cidadão ao sentimento de proteção e autoestima. A infraestrutura digna trata-se de uma necessidade básica, assim como a educação, a saúde e a justiça. Ao Estado é necessário dá condições dessa infraestrutura básica, como: distribuição de água potável, rede de esgoto, coleta de lixo e rede elétrica, bem como dispor de equipamentos públicos e comunitários em seu entorno imediato (BRASIL, 2005).

O Estatuto da Cidade, Lei 10.257 de 2001 ratificou a função social da habitação como direito básico da população (BRASIL, 2005). A disposição da melhor estruturação da cidade para sua população requer os seguintes atributos: habitação segura, confortável e salubre; infraestrutura com rede física de coleta de esgoto, abastecimento de água e coleta de lixo; equipamentos comunitários para as atividades relacionadas com saúde, educação, lazer, entre outros; e espaços públicos verdes (praças, parques urbanos, alamedas e parques lineares).

Dessa maneira, o trabalho da equipe multidisciplinar em conjunto com os discentes do projeto do Escritório Modelo de Engenharia Civil (EMEC), a partir de visitas técnicas e reunião com a associação de moradores, conseguiu dados para melhor caracterizar as dinâmicas de uso ambiental do espaço urbano de intervenção, com base satisfatória para o seu planejamento mais

eficiente. A proposta sustentável da praça buscou uma sistemática para dispor de funções os vazios encontrados e requalificar os espaços com uso precário, como por exemplo, centro comunitário e quadra poliesportiva.

2. Construção Sustentável com Impacto Social Humanizado

O projeto de requalificação da praça Residencial Araguaia enfatizou parâmetros da sustentabilidade, de modo a consolidar o viés social, impactando positivamente a comunidade, mediante a melhoria da convivência a partir do lazer e da autoestima dos moradores. A praça está localizada na cidade de Santana do Araguaia-PA, conforme apresentado na Figura 1. O impacto social humanizado pode minimizar questões de preconceitos relacionados ao espaço com vulnerabilidade, de maneira a propiciar a igualdade de direito a infraestrutura básica em condições de uso e com aspectos qualitativos do ambiente.



Figura 1: Localização da praça do Residencial Araguaia com levantamento topográfico. Fonte: elaborado pelos autores a partir do Google Maps.

As desigualdades sociais comprovadas desde a colonização foram tendenciosamente escondidas historicamente por narrativas “eurocênicas”, conforme Mignolo (2017). De modo que, as críticas aos aspectos da desigualdade urbana, ao direito a terra e a gestão do espaço público tende a reforçar o potencial criativo do criador de espaços urbanos, observando princípios e fundamentação teórica. Outra variável importante a ser considerada é o potencial de resiliência do espaço, ou seja, o quanto esse espaço pode se ajustar as variantes locais e aos fenômenos naturais.

O espaço resiliente trata-se do espaço que se caracteriza por sua facilidade de adaptação conforme as peculiaridades climáticas regionais. A sustentabilidade de propostas de intervenção deve considerar o estudo solar para avaliar a disposição e conformação do ambiente construído para que consiga corresponder as adversidades e conseqüentemente melhor desempenho térmico.

Para Harvey (2014 e 2015) a possibilidade de propor espaços de esperança, mesmo que comportando a rebeldia, própria do ser humano, tende a responder a demanda insurgente social, como agente transformador diante as construções de comunidades carentes ou vulnerável. Esse

provimento de espaços saudáveis e com habitabilidade deve dispor de uma possível qualidade de vida, considerando a realidade local com todos seus limitadores ambientais, assim como a resiliência dos moradores.

Dessa maneira, dentre os entraves do mercado construtivo pode-se citar: a desarticulação entre projeto e execução da proposta; a improvisação nas obras tendo em vista questões sanitárias e de proteção ambiental e dos usuários; e a desassociação do espaço físico com a necessidade real da comunidade.

As questões sociais e humanitárias podem causar obstáculos e retrabalhos ao aumento da produtividade e incremento da qualidade dos processos de execução de espaços de refúgio urbano. De modo que na entrega desse espaço, por vezes, logo se tem a necessidade de readequação do espaço recém construído para corresponder às reais necessidades das pessoas, famílias ou comunidade em geral (MCIDADES, 2008).

A precariedade, o descompromisso e a informalidade da produção de equipamentos urbanos causam a problemática que produz na cidade o crescimento espontâneo de áreas marginalizadas e vulneráveis. Os vazios urbanos, sem uma função definida para a cidade, podem acarretar na implementação precária ou espontânea de usos, que nem sempre serão os mais adequados, para o convívio coletivo.

As questões legais específicas da legislação urbanística e ambiental também devem ser os parâmetros a serem analisados para a concepção das propostas. A requalificação de áreas urbanas em desuso, ou com uso inapropriado, apesar de ser papel dos órgãos públicos, também é cabível a academia científica e ao setor privado, subsidiar a identificação dos principais problemas e a facilitação da busca de possíveis soluções, mediante a fundamentação teórica, documental de propostas ou de adoção desses equipamentos urbanos em contrapartida dos termos de outorga.

Segundo Harvey (2015), o direito ao desenvolvimento geográfico desigual confronta as universalidades dos direitos, podendo construir novos estados do ser humano. Essa provocação ao conformismo institucional estruturado pode causar sérias consequências no valor humano e no estado emocional de populações que já carregam dentro de si traumas profundos de perdas em pós desastre.

O sistema quando opressor permite uma narrativa em conformidade com o modelo sequencial, que está fundamentado em um modelo convencional, com preconceito estruturado. A necessidade de ressignificação de uma falsa participação ou ato colaborativo é essencial para a concepção de espaços urbanos, de uso coletivo e inclusivo, com valores humanitários, que realmente possam causar impacto positivo no dia a dia da comunidade (HARVEY, 2015).

Para Gehl (2013), os métodos e processos participativos relacionados a concepção de proposta de intervenção de viés social e humanitário pode viabilizar as premissas de espaços com melhor planejamento, voltado às pessoas, observando o atendimento de necessidades reais, com sua devida contextualização do colapso urbano, questões sociais e a gestão da cidade.

O desenvolvimento da proposta de intervenção fundamentou-se nos efeitos provocados pela aproximação de aspectos sociais articulados com a demanda real da população de baixa renda da localidade do conjunto habitacional situado em Santana do Araguaia/PA. Esse procedimento projetual causou impactos positivos na comunidade atingida pela ação, considerando os seguintes atributos, conforto emocional, identidade de lugar e valorização espacial, ambiental e comunitária, atenuando questões estruturadas desumanas da sociedade.

3. Procedimentos Metodológicos

O método de projeto seguiu o modelo de processo colaborativo com a participação de diferentes sujeitos para a definição do programa de necessidades e no apoio das decisões no decorrer do desenvolvimento da proposta, observando as etapas seguintes: aceite da demanda da comunidade; estudo de viabilidade de projeto; levantamento junto ao órgão municipal de projeto original; levantamento documental de legislação vigente; consulta a companhia de água; reunião com a associação de moradores; visitas técnicas à área de intervenção; encontros semanais para estudos de referência e debates sobre o tema; orientações e desenvolvimento do projeto sustentável de requalificação da praça.

A equipe do projeto foi composta pelos integrantes do Escritório Modelo de Engenharia Civil (EMEC), do Instituto de Engenharia do Araguaia (IEA), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), dentre eles: uma arquiteta urbanista (docente da engenharia civil), três engenheiros civis (sendo dois docentes da engenharia civil e um da arquitetura e urbanismo), um engenheiro florestal (voluntário) e discentes do curso de engenharia civil (bolsistas e voluntários).

O desenvolvimento do processo criativo foi feito a partir de oficinas, reuniões (para estudo prévio, debate, reflexões e acompanhamento), estudos de caso (referências para a semântica do projeto), planejamento para divisão de subgrupos e de tarefas, pesquisa informacional (incluindo legislação vigente, levantamento documental/in loco/fotográfico), características do local, condições climáticas, projeto conceitual com estabelecimento do partido arquitetônico, conceitos e estratégias norteadoras, sustentabilidade, arquitetura social. Essas reuniões, quando em fase presencial, ocorriam semanalmente em salas disponibilizadas ao EMEC, no IEA, para acompanhamento, orientação, esclarecimentos e os devidos ajustes para o desenvolvimento da proposta.

Os estudos prévios foram feitos por diferentes equipes de projeto, com debate coletivo, para melhor compreensão do programa de necessidades, morfologia urbana, condições legais e diretrizes da proposta de intervenção. As equipes foram definidas tipos de usos, sendo eles: centro comunitário, quadra poliesportiva, espaço gourmet, paradas de ônibus e bicicletário.

O levantamento do estado da arte observou pesquisa sobre referências e estudos de caso, as principais palavras-chave para o projeto (sustentabilidade, impacto social e requalificação). Os estudos de caso proporcionaram aos discentes o conhecimento de realidades diferentes que pudessem contribuir com referências para semântica do projeto.

As visitas técnicas proporcionaram o conhecimento da real situação e caracterização do terreno e os usos incorporados do espaço urbano pela comunidade. O uso espontâneo e a ocupação irregular desse vazio urbano também foram importantes para a definição dos eixos norteadores da proposta, considerando os vestígios observados no próprio local.

Para facilitar a compreensão da comunidade local buscou-se a modelagem digital da proposta e o envio do projeto para o representante da associação dos moradores, do conjunto habitacional Residencial Araguaia, via e-mail institucional, pois não foi possível apresentar presencialmente o projeto a comunidade, considerando os protocolos sanitários em virtude da pandemia.

4. Resultados

O Residencial Araguaia localiza-se no município de Santana do Araguaia, situado no sudeste paraense, possuindo área territorial de 11.591.441km², com população de 56.153 pessoas, densidade de 4,84hab/km² e 15% de esgotamento sanitário considerado adequado. A cidade possui o bioma Amazônia Cerrado. A demanda pela proposta surgiu a partir do representante da associação de moradores, do conjunto habitacional Residencial Araguaia, junto ao EMEC/IEA. As visitas técnicas *in loco* e a reunião para conhecer a real demanda da comunidade foi realizada com a participação dos envolvidos, diretamente ao EMEC, sendo que a população local foi participativa e acolhedora a comunidade acadêmica, como mostra a Figura 2. Nessa reunião, os moradores tiveram a oportunidade de falar sobre a realidade do local e as suas expectativas de melhorias. A questão segurança foi unânime de ser uma preocupação de todos, principalmente no período noturno que apresenta maior vulnerabilidade, colocando as casas do entorno imediato em maior e constante perigo. O sentimento de abandono e impotência foi recorrente nas falas durante a reunião, pela insegurança vivenciada no cotidiano local.



a)



b)

Figura 2: Reunião com o público no centro comunitário: a) participação da comunidade; b) finalização da atividade.

O objeto de intervenção apresenta um estado precário ao uso público, de modo que não atende as expectativas básicas da população. Para comunidade, o local precisa de o mínimo de infraestrutura para comportar um espaço urbano com lazer, convivência e desporto. A falta de arborização compromete o uso do espaço durante o dia, seja para o lazer ou a prática esportiva. A desertificação do espaço ocorre devido à falta de qualidade e a devida condição de uso saudável, transformando-o num local com alto índice de vulnerabilidade.

As praças urbanas para atingir sua função real deve considerar o plano diretor municipal, as condições climáticas da região e a especificação coerente do plano de arborização, levando em consideração as espécies locais. Esse uso adequado de espécies nativas torna-se cada vez mais frequente e uma alternativa mais viável, do ponto de vista econômico e ambiental.

A proposta buscou valorizar esse patrimônio da floresta amazônica e do cerrado, considerando espécies adaptáveis de acordo com as condições locais, dando maior importância a identidade local e regional, mediante o reconhecimento das espécies utilizadas no plano de arborização, bem como a variável de facilidade de aquisição.

A Figura 3 mostra o estado de precariedade da praça original, sem arborização, o que impossibilita o seu uso durante o dia devido as altas temperaturas da cidade, típicas da região norte do Brasil. Esse estado de desertificação ainda é agravado pela depredação dos equipamentos dispostos, centro comunitário e quadra poliesportiva sem cobertura.



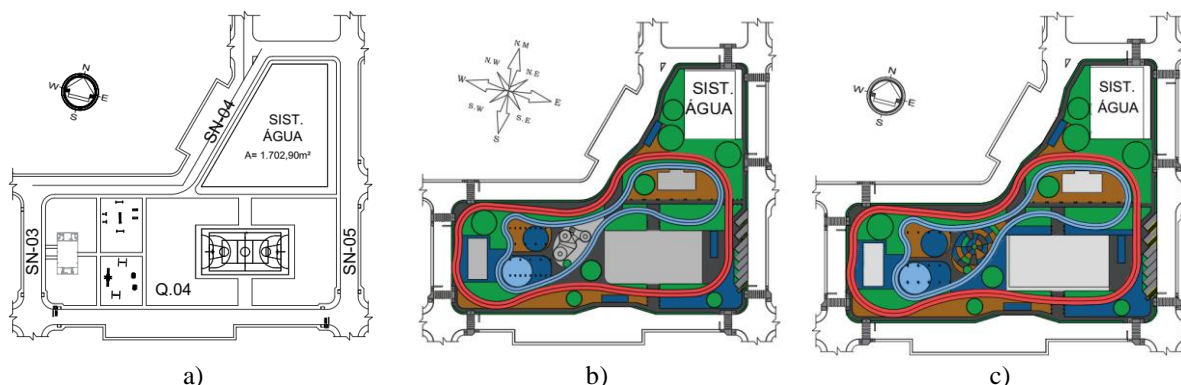
a)



b)

Figura 3: Praça Residencial do Araguaia: a) vista aérea; b) vista frontal do centro comunitário. Fonte: Google Maps e Autores.

Na Figura 4 pode-se observar o processo de desenvolvimento de duas propostas de requalificação da praça, assim como o projeto original disponibilizado pela pasta responsável, Secretária Municipal. A proposta final do projeto suprimiu a pista de skate em decorrência do tempo hábil para a especificação e finalização de seu projeto executivo, alterando o uso do espaço para uma paginação de mosaicos e paisagismo para contemplação e convivência social.



a)

b)

c)

Figura 4: Requalificação de praça: a) projeto original; b) proposta inicial; c) proposta final. Fonte: elaborado pelos autores a partir do projeto disponibilizado por órgão público.

O Quadro 1 mostra o quadro de áreas da proposta de requalificação da praça do conjunto habitacional Residencial Araguaia. Nesse projeto considerou-se três equipamentos comunitários em extremidades diferentes, direcionando o uso circular nos três vértices, comportando a reforma do centro comunitário existente, a reforma da quadra poliesportiva com a proposta da cobertura, e a construção de um espaço gourmet, voltado a uma área de alimentação da praça. Outras áreas propostas: academia, playground, ciclovias, pista de caminhada, bicicletários, paradas de ônibus, estacionamento, jardins, pergolados, acessibilidade e bastante canteiros arborizados.

Quadro 1: Quadro de áreas da proposta de intervenção.

QUADRO DE ÁREAS		
DESCRIÇÃO	UNIDADE	SUBTOTAL
Área Total do Terreno	m ²	6.852,64
Área Descoberta	m ²	6.626,80
Área Coberta	m ²	1.241,81
Emprego de Obra de Arte	m ²	75,97
ÁREA TOTAL DA CONSTRUÇÃO	m ²	7.153,36

Fonte: elaborado pelos autores.

A importância de espaços urbanos com arborização tende a potencializar o uso efetivo do local, tendo em vista a diminuição da sensação térmica, melhoria da qualidade de vida, aumento da umidade relativa, áreas com sombreamento, aproveitamento da floração das espécies, inspirar o público a sensações boas e bem estar. No entanto, para a especificação do projeto de paisagismo é necessário observar fatores que limitam a implantação das mudas, dentre eles: altura da fiação elétrica, tráfego das vias, calçadas impermeabilizadas, seja com concreto outros produtos, proximidade de calçadas e áreas de construção, estruturas das construções.



Figura 5: Perspectiva da proposta de requalificação da praça. Fonte: elaborado pelos autores.

A proposta do paisagismo projetado busca harmonizar a paisagem e reestabelecer o equipamento urbano em estado precário, observando a sua conexão com a comunidade. Esse paisagismo apresenta-se como uma ferramenta para potencializar a transformação do espaço, relacionando o modo de viver da sociedade com a natureza. O Quadro 2 mostra a indicação de espécies por grupos de porte das árvores, que podem permitir o uso da praça, de modo a amenizar a temperatura do ambiente e aumentar áreas sombreadas.

Quadro 2: Quadro de espécies para a proposta de intervenção.

ESPÉCIE	GRUPO	ALTURA MÉDIA	CARACTERÍSTICA	OBSERVAÇÕES
Acerola	04	4m	Floração rosa e frutos comestíveis	Pequeno porte
Angico	01	8m	Copa regular e perde as folhas na seca	
Areca Bambu (Palmeira)	03	4m a 6m	Palmeira de pequeno a médio porte	
Baru (Dipteryx Alata)	01	8m	Copa regular e produção de frutos	
Cedrinho ou Ipê de Jardim	04	4m	Floração amarela e sempre verde	
Chichá (Sterculia Striata)	02	8m	Produz frutos exóticos	Perde as folhas na seca e os frutos ganham destaques
Chuva de Ouro (Cassia Fistula)	02	6m	Produz flores amarelas	
Flamboyant (espécie exótica)	01	8m a 10m	Copa larga e raízes superficiais	Exige área grande, faz uma boa sombra e produz flores vermelhas
Ingá Banana	03	6m	Sempre verde	
Ipê Amarelo do Cerrado (Handroanthus Ocracea)	02	6m a 8m	Floração amarela intensa na época de seca	
Ipê Amarelo Tabaco (Tabebuia Chrysotricha)	03	4m a 6m	Floração precoce amarela	Árvore de médio porte
Jacarandá Caroba (Jacarandá Cuspidifolia)	03	6m a 8m	Floração roxa intensa	

ESPÉCIE	GRUPO	ALTURA MÉDIA	CARACTERÍSTICA	OBSERVAÇÕES
Jatobá da Mata	01	8m a 10m	Copa larga e bom sombreamento	
Mutamba	02	6m a 8m	Produz frutos	
Oiti (<i>Licania Tomentosa</i>)	02	Até 8m	Sempre verde	Tolera bem o manejo
Saboneteiro (<i>Sapinus Saponária</i>)	03	6m a 8m	Produz frutos amarelos	
Pata de Vaca (<i>Bahuinia sp.</i>)	02	6m	Sempre verde e produz flores rosas e brancas	
Pau Formiga (<i>Triplaris Brasileira</i>)	03	6m	Floração vermelha e amarela	
Pequi (<i>Caryocar</i>)	01	8m	Copa larga e produção de frutos	
Urucum	02	4m a 6m	Forma uma saia, perde parte das folhas na seca, produz frutos vermelhos e floração rosa	

Fonte: Oliveira (2019).

O combate à precariedade das condições dispostas no levantamento a partir das visitas técnicas na praça permitiu um olhar mais humanizado no processo de concepção do projeto. O compromisso da equipe multidisciplinar com as necessidades dos usuários considerou a natureza como protagonista do ambiente construído, respeitando deslocamentos das pessoas com mobilidade reduzida ou alguma restrição, propondo condições de uso e a inclusão de diferentes usuários.

5. Análises

No processo de desenvolvimento do projeto considerou-se estudos relacionados aos conceitos, características do lugar, legislação vigente, levantamento documental, condições ambientais e as demandas da comunidade. Para a priorização dos equipamentos propostos no projeto, assim como o zoneamento de usos, foi considerado o projeto original e as construções existentes no projeto original.

O processo de desenvolvimento de projeto foi considerado aberto, pois teve a participação de diferentes sujeitos, com diversas ferramentas e métodos como suporte às decisões. A representação gráfica passou por diferentes estágios e especificações, desde croquis até modelagem 3D com apoio de *softwares*. Nesses estágios, vários discentes (bolsistas e voluntários) passaram pelo EMEC e contribuíram direta ou indiretamente para a finalização da proposta de requalificação da praça Residencial Araguaia.

As decisões foram feitas de modo coletivo, buscando contribuir com a qualidade do espaço público, considerando a eficiência estrutural sistêmica do bom funcionamento do equipamento urbano, com a definição de formas, funções, culturas e particularidades da cidade de Santana do Araguaia/PA.

O estudo e o planejamento do espaço urbano analisou os diversos elementos precários, que constituíam a área de intervenção, e quais as influências que os moradores, do entorno imediato, sofriam considerando a segurança local. Essa análise contribuiu para que a proposta da

intervenção buscasse resgatar a qualidade de vida e melhorar o relacionamento entre a pessoa, a natureza e a cidade.

O impacto positivo da proposta buscou fundamentar-se no caráter sustentável de viés social, com intervenção urbana com repercussão no plano humanizado mediante o projeto de requalificação urbana, com dimensão que vai além da plástica e da função (PRONSATO, 2005). Esse valor humano possibilita dá voz a demanda de uma comunidade de baixa renda, assim como oferecer momentos de escuta para com as suas necessidades reais e anseios por melhorias no local como uma extensão das moradias.

A gestão ambiental também contribuiu com o projeto, no sentido de respeitar a cultura local e os cuidados com o meio ambiente, assim como as suas espécies nativas. Essa preocupação ambiental e com as condições climáticas buscou propor melhorias da qualidade de vida do público alvo, integrando componentes físico-espaciais do ambiente construído e a natureza. A reconstituição ambiental pode acarretar a população dignidade à infraestrutura básica, que também trata a Agenda 2030, com relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nas áreas de planejamento, monitoramento e participação (PRONSATO, 2005).

O impacto positivo social da proposta de requalificação da praça seguiu o viés de humanizar ações preocupadas em contribuir efetivamente com a comunidade local e de baixa renda. Essa possibilidade de dispor de melhorias aos equipamentos urbanos, também traz provocações, questionamentos e reflexões de como pode ser viabilizado a concepção do espaço mais democrático e inclusivo, direcionado a diferentes público, pautado no fator humano (UNISDR, 2012).

6. Conclusão

O ato de projetar a partir de expectativas da comunidade em situação vulnerável, sem dúvida representa um desafio para os profissionais da construção. A articulação de parcerias institucionais pode oportunizar a experimentação de atividades vinculadas à vivência profissional, proporcionando aos discentes expandir os olhares técnicos conectados às especificidades de uma situação real.

A relação da universidade com a comunidade foi possível a partir da interação efetiva entre docentes, pesquisadores, discentes e a associação de moradores do Residencial Araguaia. A definição do programa de necessidades baseou-se na conversa franca junto aos moradores, considerando o bem comum, bom senso, normas vigentes e qualidade de vida. Essa ação colaborativa desenvolveu uma proposta de um espaço renovado que transmite esperança de uma convivência sadia dentre os diferentes usuários do equipamento urbano humanizado a partir do paisagismo.

O impacto social humanizado passou a ser uma das diretrizes projetuais que buscou a partir do diálogo com os usuários diretos do equipamento urbano, democratizar premissas para definição do programa de necessidades. Desse modo, ouvir a comunidade foi crucial para a equipe multidisciplinar entender a real necessidade da população local, para o desenvolvimento do projeto de requalificação da praça Residencial Araguaia.

Agradecimentos

A equipe de trabalho do Escritório Modelo de Engenharia Civil (EMEC), ao Grupo de Pesquisa Paisagem Urbana e Sistemas Construtivos (PUSC), a UNIFESSPA que disponibilizou bolsas aos discentes mediante os seguintes editais: PIBIC/2019, PIBITI/2019, PIBEX 2019, ATGP/2020, PADI/2020, PIBIC-PNAES/2020, PIBITI-PNAES/2020, PIBITI-CNPq/2020, Monitoria/2019-2020 e PROPIT-LCC/2020, bem como aos discentes (bolsistas e voluntários).

Referências

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Contém as emendas constitucionais posteriores. Brasília: Senado, 1988.

_____. **Estatuto da Cidade**, Lei 10.257, 2005.

GEHL, Jan. **Cidades para Pessoas**. Tradução: Anita Di Marco. 1ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **Espaços de Esperança**. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

MIGNOLO, Walter d. **Colonialidade**: o lado mais escuro da modernidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 32. N. 94. ANPOCS, 2017.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo Batista de. **Indicação de espécies nativas de árvores para arborização urbana**. Santana do Araguaia: EMEC, 2019.

PRONSATO, Sylvia A. D. **Arquitetura e Paisagem**: projeto participativo e criação coletiva. São Paulo: Annablume, Fapesp, Fupam, 2005.

UNITED NATIONS INTERNATIONAL STRATEGY FOR DISASTER REDUCTION. UNISDR. **Como Construir Cidades Mais Resilientes**: Um Guia Para Gestores Públicos Locais (2005–2015). Genebra: UNISDR, nov. 2012.